

2016

ORÇAMENTO

GRANDES OPÇÕES DO PLANO



MUNICÍPIO DE RIO MAIOR

INTRODUÇÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA O ANO DE 2016

No cumprimento dos termos legais apresentamos à Câmara e Assembleia Municipal, o Orçamento para 2016 e as Grandes Opções do Plano, dois documentos que são instrumentos de política e de gestão que não podem, em qualquer circunstância, ser desligados da realidade e do contexto político, económico e social do país.

A situação estrutural do país, apesar dos sinais de inversão de ciclo, é ainda de grande imprevisibilidade, fruto também da instabilidade política que resultou das últimas eleições legislativas e das políticas a implementar por um novo governo que, devendo honrar os compromissos internacionais assumidos por Portugal, poderão vir a ter impactos diretos no Orçamento agora apresentado.

Medidas como, por exemplo, a reposição integral dos vencimentos aos funcionários da Administração Pública, a um ritmo mais acelerado e sem a necessária revisão das transferências do Orçamento de Estado para as autarquias, podem obrigar os executivos municipais a acomodar mudanças largas nas suas previsões financeiras com margens de manobra orçamentais mínimas. Por isso este é um orçamento que, contendo essa incerteza, aplica o mais pertinente princípio de gestão: o da prudência.

Os executivos municipais, por mim liderados desde o final de 2009, tiveram a capacidade de assimilar todas as medidas de contenção financeira que, no decorrer da vigência de um programa de assistência financeira internacional, foram impostas ao país sem pôr em causa o funcionamento da autarquia, os necessários investimentos no concelho e um maior nível de apoio social aos nossos munícipes, fruto das carências sociais das famílias nos tempos difíceis que o país atravessou.

Soubemos fazê-lo respeitando também os compromissos para com os nossos credores, reduzindo progressiva e sustentadamente o endividamento municipal e, ao contrário do que era prática corrente em anos anteriores, pautando toda a sua ação e investimentos sem recorrer ao crédito de longo prazo, com a exceção da adesão ao PAEL, para redução imediata de um conjunto de dívidas a fornecedores que perturbavam a normal e regular gestão da tesouraria.



MUNICÍPIO DE RIO MAIOR

INTRODUÇÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA O ANO DE 2016

A título de exemplo, o Município de Rio Maior tinha em 1 de Janeiro de 2011 um conjunto de empréstimos obtidos no valor de 21.098.564,21€, valor que a 31 de Dezembro de 2015 terá decrescido para 12.702.306,73€, **uma redução de 8.396.257,48€ em apenas 5 anos, embora o serviço da dívida se mantenha em valores elevados, mais de 2 milhões de euros anuais, onerando ainda consideravelmente a tesouraria municipal.**

E esta estratégia de redução do endividamento municipal permite-nos hoje ter margem financeira e capacidade de endividamento líquida para as candidaturas que apresentaremos ao PORTUGAL 2020 para financiamento de um conjunto de investimentos municipais no âmbito da rede de abastecimento de água, da requalificação urbana e outros.

Com efeito, apesar dos constrangimentos económicos, dos condicionalismos impostos por diversa legislação, como seja a Lei 8/2012, de 21 de Fevereiro, mais conhecida como a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, das leis 73/2013 e 75/2013 que estabelecem, respetivamente, o regime financeiro das autarquias locais e o novo regime jurídico das autarquias locais e do cumprimento das obrigações contratualizadas no âmbito do recurso ao PAEL, temos tido sucesso no plano económico.

Continuamos a assegurar o apoio financeiro indispensável ao funcionamento das nossas associações, coletividades, clubes e IPSS's, não obviamente com os valores que todos nós desejaríamos, mas com aqueles que a realidade nos permite transferir para esse importante conjunto de parceiros.

Realidade que também afeta o apoio financeiro às nossas freguesias que, mesmo sendo este ano superior às verbas de 2015 e com novas regras, nomeadamente na transferência em duodécimos, é ainda assim bastante inferior ao desejável mas, infelizmente, este não é um Orçamento de desejos, é um Orçamento de possibilidades, é um Orçamento de realismo, é um Orçamento de rigor, pois este executivo nunca vendeu, nem venderá, ilusões aos munícipes do concelho de Rio Maior



MUNICÍPIO DE RIO MAIOR

INTRODUÇÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA O ANO DE 2016

Quando no passado dia 13 de Julho de 2015, a Câmara Municipal aprovou o novo tarifário a aplicar aos serviços de distribuição de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos, cumprindo o disposto no art.º 21 da Lei 73/2013 (Lei das Finanças Locais) onde se pode ler *“Os preços e demais instrumentos de remuneração a fixar pelos municípios, relativos aos serviços prestados e aos bens fornecidos em gestão direta pelas unidades orgânicas municipais, pelos serviços municipalizados e por empresas locais, não devem ser inferiores aos custos direta e indiretamente suportados com a prestação desses serviços e com o fornecimento desses bens.”* e amarrados desde 2003 a contratos de fornecimento que em muito oneram estes serviços, não nos desviámos do nosso princípio: não vender ilusões aos nossos munícipes!

Poderíamos tê-lo feito, mas este executivo preferiu assumir o ónus político negativo do cumprimento da lei, pois a sua missão é gerir o Município tendo em conta os superiores interesses dos riomaiorenses e não calendários ou lógicas políticas e partidárias, embora tenha evitado proceder a esta alteração durante o período de maior austeridade a que os portugueses foram submetidos nos últimos anos.

Esperamos que, com os investimentos que estamos já a promover no setor, nomeadamente a Remodelação da Rede de Abastecimento de Água à Vila da Marmeleira e Arco da Memória, o reforço do abastecimento de água à cidade de Rio Maior e investimentos na rede de saneamento, no valor de cerca de 800.000€, e outras que oportunamente candidataremos a fundos comunitários, possamos corrigir e reabilitar um sistema de abastecimento que padece das deficiências próprias da idade e que os ganhos de eficiência conseguidos com esses investimentos possam refletir-se positivamente na fatura a pagar por todos os consumidores.

Mas também entendemos que, apesar do rigor e contenção que norteiam o Orçamento de 2016, o executivo deve implementar, em período de reconhecida retoma económica do país, políticas públicas que promovam o crescimento do emprego, a instalação de novas empresas, a fixação de novas famílias no concelho e um apoio às famílias com filhos a seu cargo. Tal será conseguido através dos mecanismos de taxas e impostos que são da responsabilidade do município, promovendo redução e isenções na taxa de derrama, a redução da taxa de



MUNICÍPIO DE RIO MAIOR

INTRODUÇÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA O ANO DE 2016

participação do Município no IRS e a adesão ao chamado IMI familiar, beneficiando inúmeros agregados familiares.

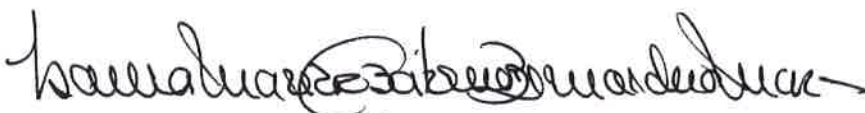
Estou certa que todos na nossa autarquia estão disponíveis para dar o seu melhor na execução prática deste orçamento de cerca de 20 milhões de euros que aqui apresentamos, tal como deram o seu melhor para a sua elaboração. Agradeço o contributo de todos com a certeza que Rio Maior será um concelho de contas certas que continuará a investir nas reais necessidades dos seus cidadãos, com realismo, tentando sempre fazer mais com os valores que temos à nossa disposição.

Com o esforço de todos seremos certamente capazes de manter os prazos de pagamento a fornecedores, continuar a diminuir o endividamento, manter os apoios sociais e o investimento no setor vital que é a educação e continuar a apostar na promoção da atratividade do nosso concelho como polo turístico, empresarial e residencial de qualidade.

Termino esta pequena introdução com um agradecimento aos vereadores que comigo trabalham na gestão diária desta autarquia e aos colaboradores do município, que sei que todos os dias continuam a dar o melhor de si próprios em prol do seu concelho e dos seus munícipes.

Rio Maior, 26 de Outubro de 2015

A Presidente da Câmara


(ISAURA MARIA ELIAS CRISÓSTOMO BERNARDINO MORAIS)



Introdução ao Orçamento e Grandes Opções do Plano	2
Identificação e Descrição de Responsabilidades Contingentes	24
Resumo do Orçamento	26
Orçamento da Receita	28
Resumo da Despesa por Classificação Orgânica	36
Resumo do Orçamento por Capítulo	38
Orçamento da Despesa	40
Código de Leitura (GOP`S)	50
Grandes Opções do Plano	52
Mapa de Encargos com Empréstimos	89
Mapa de Pessoal	92

Anexos

Anexo I - Mapa das Entidades Participadas pelo Município de Rio Maior

Anexo II - Orçamento da DESMOR, E.M., S.A.

Anexo III - Orçamento da EPRM - Escola Profissional de Rio Maior, Lda., E.M

2016

ORÇAMENTO

GRANDES OPÇÕES DO PLANO

Índice

2016

ORÇAMENTO

GRANDES OPÇÕES DO PLANO

Introdução ao Orçamento e Grandes Opções do Plano

1 – INTRODUÇÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pela Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, faz depender a atividade municipal, essencialmente, da existência de dois documentos de natureza previsional: as Grandes Opções do Plano (GOP) e o Orçamento Municipal.

O primeiro define as linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia, sendo constituído pelo Plano Plurianual de Investimentos (PPI), com projeção quadrienal, do qual constam os projetos e ações que implicam despesas a realizar por investimentos e, ainda, pelas Atividades Mais Relevantes (AMR), previstas para o ano, integrando as ações ou projetos de natureza económica diferente, cujas despesas não se consideram de investimento nem encargos normais de funcionamento dos serviços.

Por sua vez, o Orçamento Municipal prevê as receitas a arrecadar e as despesas a realizar durante o ano económico, quer com a execução das Grandes Opções do Plano, quer com os encargos normais de funcionamento dos serviços.

O órgão executivo deverá apresentar ao órgão deliberativo, até 31 de outubro a proposta de orçamento municipal para o ano económico seguinte, conforme estipulado no número 1, do artigo 45.º da Lei 73/2013 de 03 de Setembro.

O Novo Regime Financeiro das Autarquias Locais estabelecido pela Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, procura a sustentabilidade financeira e a gestão orçamental equilibrada nas autarquias locais.

Este novo regime exige um fluxo da informação económica e financeira a prestar às entidades que acompanham e supervisionam a atividade das autarquias locais.

Por outro lado a lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), que introduziu a obrigatoriedade de previsão de fundos

disponíveis para a assunção de compromissos, exige um esforço sobre o escrutínio das contas das autarquias.

De acordo com a Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, nomeadamente o estabelecido na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º e na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º, são apresentadas as Grandes Opções do Plano e o Orçamento do Município de Rio Maior para o ano de 2016, para posterior submissão a apreciação e votação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal.

Os Municípios, dispõem de autonomia financeira, o que pressupõe que constituam receitas das autarquias, um conjunto de tributos que resultam da gestão do seu património, da utilização dos seus serviços, da participação nos recursos públicos do Estado e dos outros poderes tributários consagrados no referido diploma, bem como proceder à realização de despesas, de acordo com as regras legais, regularidade financeira e respeito pelos princípios da economia, eficiência e eficácia.

O Novo Regime Financeiro das Autarquias Locais prevê as seguintes regras: Equilíbrio orçamental; Anuidade e plurianualidade; Unidade e universalidade; Não consignação.

Em relação ao equilíbrio orçamental o presente orçamento procura respeitar os princípios legais estabelecidos:

- Previsão de receitas necessárias à cobertura de todas as despesas;
- A receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente, acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

Em relação à anuidade, é respeitado o princípio do orçamento para o período de um ano económico.

Para além do cumprimento das obrigações legais, as Grandes Opções do Plano e Orçamento, refletem também o contexto político, económico e financeiro em que vão operar apontando para reduzir ainda mais a dívida da autarquia no quadro da manutenção e consolidação financeira do Município.

Este orçamento continua o ajustamento da despesa à disponibilidade financeira efetiva do Município.

Esta contenção financeira será reforçada com a racionalização dos recursos, redução generalizada dos consumos e na definição de prioridades e necessidades fundamentais em que algumas prestações de serviços habitualmente alvo de contratação externa passem a ser executadas pelos serviços do Município.

O controlo e redução da dívida global nos últimos anos, acompanhada da seletividade da despesa municipal têm sido fatores para acompanhar o cenário da quebra acentuada da receita municipal, nomeadamente das taxas municipais e do diferencial entre receita e despesa corrente afeta ao fornecimento de serviços de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos ao Município, tendo-se diminuído este diferencial com uma atualização tarifária destes últimos serviços.

1.1 - ANÁLISE CONJUNTURAL E PRESPECTIVAS PARA 2016

As estimativas para o desenvolvimento das economias mundiais, em 2016, são um pouco menos encorajadoras que o inicialmente previsto, no entanto, apesar de um ligeiro abrandamento, a expansão económica deverá continuar a ser moderada. Espera-se, em 2016, um crescimento global na ordem do 3,6% sendo que, na zona euro, a economia deverá crescer cerca de 1,6%.

O crescimento económico de curto prazo deverá acelerar um pouco mais nas chamadas economias avançadas, mas por outro lado deverá abrandar nas economias emergentes e em desenvolvimento de mercado, que representam a maior parte do crescimento mundial.

Os riscos negativos para a economia mundial resultam de três fatores de incerteza que estão a pesar no crescimento global:

- As transformações na economia chinesa que poderão induzir a uma redução das compras em matérias-primas e energia nos mercados internacionais, responsáveis por imprimir um significativo dinamismo à evolução económica internacional;
- A queda dos preços do petróleo que beneficia quem importa petróleo mas é grandemente penalizador para os países produtores que encabeçam os mercados emergentes, responsáveis pela maior parcela do crescimento económico global;
- A subida dos juros da Fed (Sistema de Reserva Federal dos Estados Unidos da América) que tem implicações enormes para o resto do mundo, muito particularmente para os países emergentes, mais endividados.

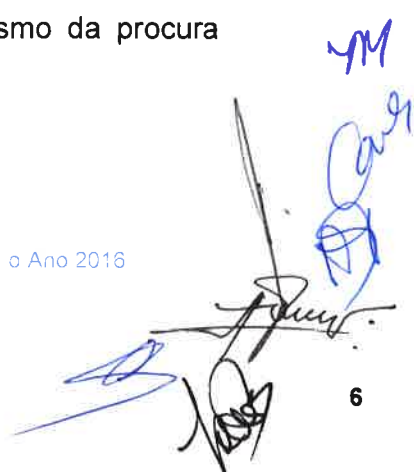
Por seu lado, as projeções para a economia portuguesa, a manter-se o pressuposto de não alteração das atuais políticas, apontam para uma subida do PIB, de 1,8%, e uma redução do défice para 2,8% do PIB. Espera-se, assim, uma continuação do processo de recuperação moderada da atividade económica que se deverá traduzir num ritmo de crescimento próximo do projetado para a área do euro.

O crescimento na economia portuguesa deverá ser assente na manutenção de um aumento robusto das exportações, a par de uma recuperação da procura interna.

Adicionalmente, o dinamismo das exportações deverá assegurar que o aumento das importações decorrente da evolução do consumo privado e do investimento é compatível com a manutenção do excedente externo.

O potencial de crescimento da economia portuguesa continua limitado pela necessidade de reduzir o endividamento no setor público e no setor privado, pelas perspetivas desfavoráveis quanto ao crescimento demográfico, pelo elevado nível de desemprego, bem como pelo elevado nível de contração do investimento.

A nível internacional, considera-se como fator de risco a possibilidade de uma recuperação mais lenta da atividade económica, em particular nas economias de mercado emergentes, de onde poderá resultar um menor dinamismo da procura externa dirigida à economia portuguesa.



Já no que respeita à Administração Local espera-se, numa análise global, ainda que reconhecendo a grande diversidade deste subsector do estado, uma melhoria no indicador do saldo global que resultará de um crescimento da receita total um pouco mais intenso que o crescimento despesa total.

O aumento da receita total deverá resultar de uma evolução positiva, maioritariamente devida a uma maior eficiência na cobrança de impostos, particularmente IMI (mais visível nos municípios que integram maiores centros urbanos), e às receitas com origem em transferências correntes e de capital muito particularmente devidas à entrada em pleno funcionamento do quadro comunitário "Portugal 2020".

No que respeita ao crescimento da Despesa Total, é esperado um aumento na generalidade das principais rubricas, incluindo nas despesas com Pessoal, invertendo a situação que se vinha verificando em anos anteriores, atendendo à previsão de devolução das reduções remuneratórias na função pública.

FONTES:

FMI, "World Economic Outlook (WEO)", october 2015

Comissão Europeia, "Economic Forecast", Spring 2015

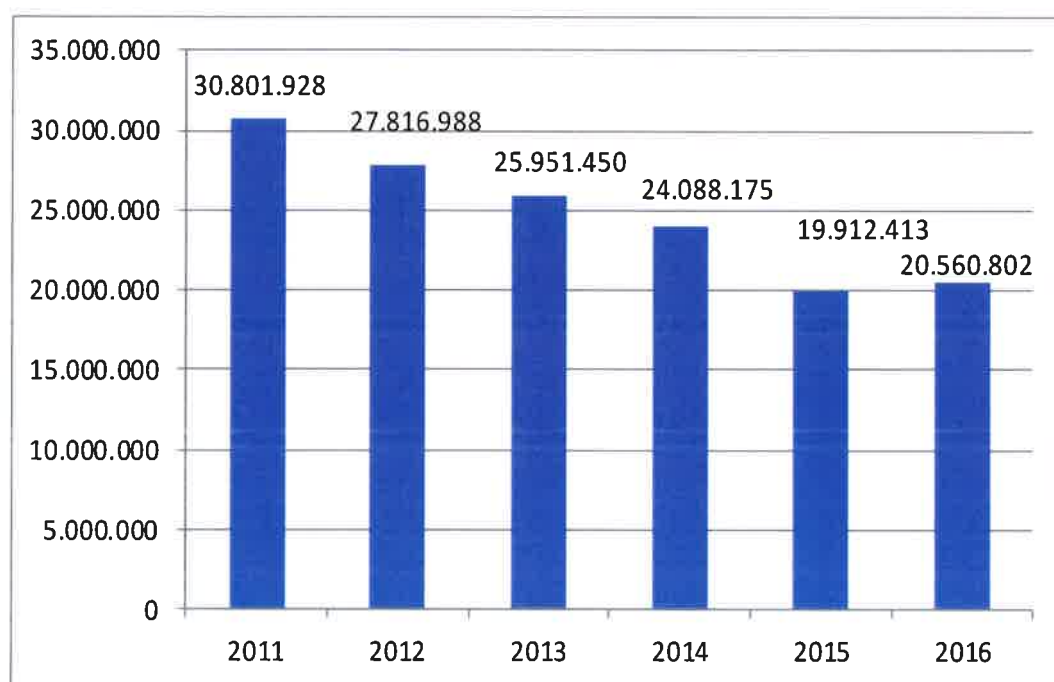
Banco de Portugal, "Boletim Económico", outubro 2015

GPEARI, "Boletim Mensal da Economia Portuguesa", setembro 2015



1.2 – ORÇAMENTO GLOBAL COMPARATIVO 2011-2016

	ORÇAMENTO INICIAL					
	ANO 2011	ANO 2012	ANO 2013	ANO 2014	ANO 2015	ANO 2016
VALOR GLOBAL	30.801.928	27.816.988	25.951.450	24.088.175	19.912.413	20.560.802



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

1.3. – ESTRUTURA ORÇAMENTAL 2016

RECEITA	MONTANTE	%	DESPESA	MONTANTE	%
Corrente	18.063.843,00	87,86	Corrente	15.974.403,00	77,69
Capital	2.496.959,00	12,14	Capital	4.586.399,00	22,31
Total Geral	20.560.802,00	100,00	Total Geral	20.560.802,00	100,00

O orçamento da receita é composto por 87,86% de receita corrente e 12,14% de receita de capital, a despesa corrente corresponde a 77,69% e a despesa de capital 22,31%, situação que assegura o cumprimento da regra de equilíbrio orçamental.

As receitas previstas para o ano económico de 2016 orçam no valor global de 20.560.802,00€, correspondendo 18.063.843,00€ a receitas correntes e 2.496.959,00€ a receitas de capital. As despesas previstas orçam no valor global de 20.560.802,00€, correspondendo 15.974.403,00€ a despesas correntes e 4.586.399,00€ a despesas de capital.

Face ao novo regime financeiro das autarquias locais, 1% da receita do IMI sobre prédios urbanos constitui agora receita das freguesias a par da já consignada receita de IMI sobre os prédios rústicos.

O apuramento dos desvios relativos à receita cobrada em dois anos consecutivos inferiores a 85% do orçamento respetivo, consubstancia o reporte aos membros do governo e responsáveis pela área financeira e das autarquias locais.

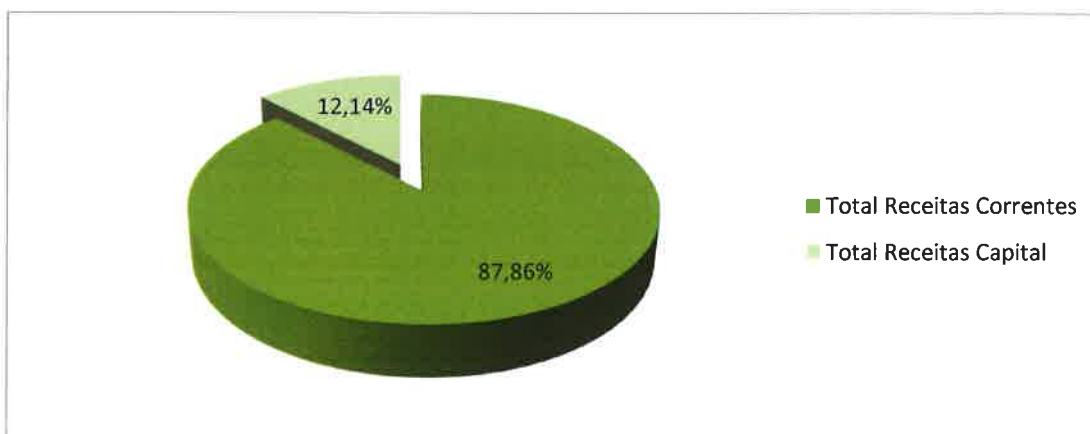
A previsão das ações a executar e das despesas a realizar está condicionada ao valor das receitas previstas para o respetivo ano económico, sendo certo que fatores externos à vontade do executivo municipal podem condicionar também a sua efetivação.

1.3.1.1 – Quadro – Estrutura da Receita

Em termos económicos, a receita prevista por cada um dos capítulos, assim como o peso relativo de cada um deles, constam do quadro que se segue:

Uni: Euro		
Descrição da Receita	2016	%
Impostos diretos	4.044.991,00	19,67
Impostos indiretos	344.942,00	1,68
Taxas, multas e outras penalidades	737.168,00	3,59
Rendimentos de propriedade	2.169.915,00	10,55
Transf. Correntes	7.137.155,00	34,71
Venda bens/serv.correntes	3.608.011,00	17,55
Outras receitas correntes	21.661,00	0,11
Total de Receitas Correntes	18.063.843,00	87,86
Venda bens investimento	251.602,00	1,22
Transf. Capital	1.994.915,00	9,70
Ativos financeiros	250.352,00	1,22
Passivos financeiros	50,00	0,00
Outras receitas capital	30,00	0,00
Reposições não abat. Pag.	10,00	0,00
Total de Receitas Capital	2.496.959,00	12,14
TOTAL	20.560.802,00	100,00

1.3.1.2 – Gráfico – Estrutura da Receita (Resumo)



1.3.1.3 – Breve Análise da Receita

Do quadro constante do ponto 1.3.1.1 constata-se que nas receitas correntes assumem peso determinante as transferências correntes, os impostos diretos, a venda de bens e serviços correntes e os rendimentos de propriedade, representando estas quatro rubricas 93,89% das receitas correntes e 82,48 % da receita total.

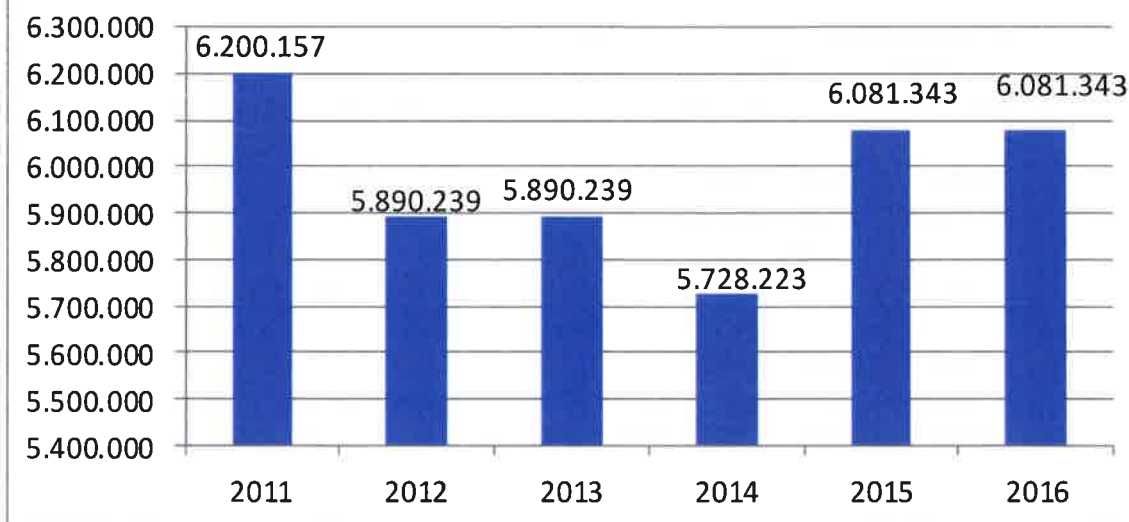
As transferências correntes orçam 7.137.155,00 €, cerca de 34,71% do valor global do orçamento e de aproximadamente 39,51% do valor total das receitas correntes, importância essa que é maioritariamente preenchida pelas transferências da Administração Central, designadamente pelo fundo de equilíbrio financeiro, pela participação no IRS e pelas transferências no âmbito dos acordos estabelecidos na área da educação.

Quadro comparativo – Transferências do estado 2011-2016

	FEF CORRENTE	FEF CAPITAL	IRS	FSM	TOTAL ANUAL
2011	3 502.565	1 885 997	434 352	377 243	6.200.157
2012	3 289.844	1 771 454	474 390	354 551	5.890.239
2013	4 049.038	1 012.260	474 390	354.551	5.890.239
2014	4.393.544	488.172	491 956	354.551	5.728 223
2015	4.525.922	502.880	631 281	421.260	6.081.343
2016	4 525 922	502 880	631.281	421.260	6 081 343

Nota: Os valores considerados para 2016 são os mesmos de 2015

Gráfico comparativo de valores globais 2011-2016



Todas as demais receitas correntes orçam 10.926.688,00 €, contribuindo com 53,14% para o total da receita prevista, sendo a sua maior parte proveniente dos impostos diretos (4.044.991,00 €), dos rendimentos da propriedade (2.167.915,00 €) e ainda da venda de bens e serviços correntes (3.608.011,00 €), capítulo onde as receitas são provenientes dos serviços prestados no âmbito do fornecimento de água, resíduos sólidos e tarifa de disponibilidade.

No que respeita às receitas de capital assumem peso determinante as transferências de capital:

- Do Estado, o Fundo de Equilíbrio Financeiro, no valor de 502.880,00 €;
- Do Exterior, participações comunitárias ao investimento municipal no valor de 1.471.965,00€

As restantes receitas de capital previstas são asseguradas pela venda de bens de investimento, no valor de 251.602,00 € e pelos ativos financeiros no valor de 250.352,00 €.

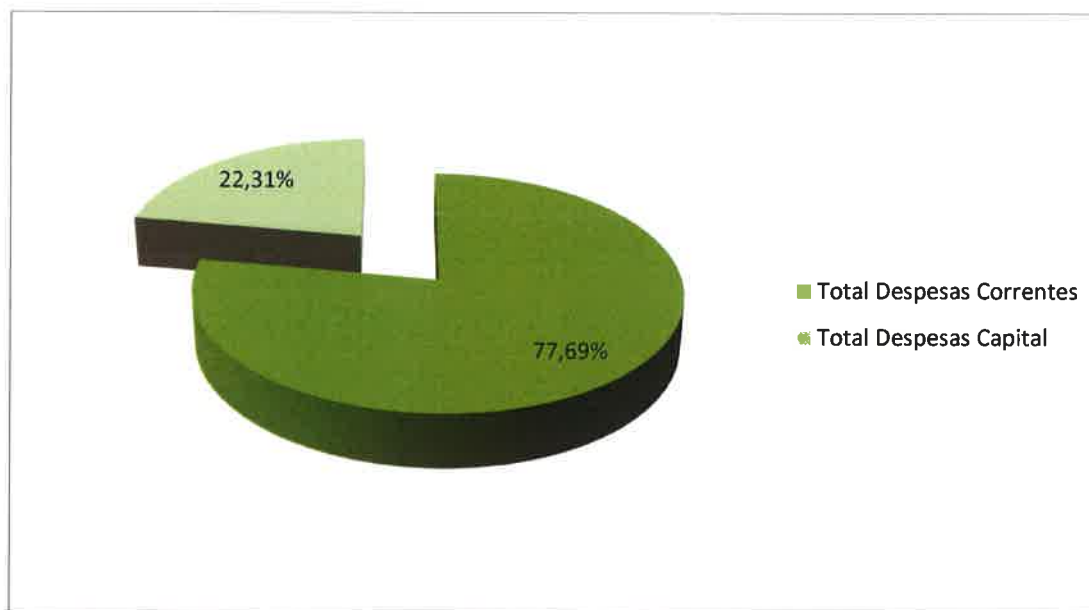
1.3.2 – Despesa

As despesas totalizam o mesmo valor da receita, afetando 15.974.403,00 € às despesas correntes e 4.586.399,00 € às despesas de capital, previsões que correspondem, respetivamente, a 77,69% e 22,31% do valor global das despesas.

1.3.2.1 – Quadro – Estrutura da Despesa

Uni: Euro		
Descrição da Despesa	2016	%
Pessoal	5.344.911,00	26,00
Aquisição de Bens e Serviços	8.604.474,00	41,85
Juros e Outros Encargos	194.592,00	0,95
Transferências Correntes	924.909,00	4,50
Subsídios	760.317,00	3,70
Outras Despesas Correntes	145.200,00	0,71
Total de Despesas Correntes	15.974.403,00	77,69
Aquisição Bens de Investimento	1.866.156,00	9,08
Locação Financeira	69.265,00	0,34
Bens Domínio Público	262.756,00	1,28
Transferências de Capital	325.751,00	1,58
Ativos Financeiros	100.639,00	0,49
Passivos Financeiros	1.961.632,00	9,54
Outras Despesas de Capital	200,00	0,00
Total de Despesas de Capital	4.586.399,00	22,31
TOTAL	20.560.802,00	100,00

1.3.2.2 – Gráfico – Estrutura da Despesa (Resumo)



1.3.2.3 – Breve Análise da Despesa

Do quadro referente à estrutura da despesa (ponto 1.3.2.1) pode afirmar-se que as rubricas com maior peso são, sucessivamente a aquisição de bens e serviços e as despesas com pessoal, que representam cerca de 87,32% das despesas correntes e 67,85% da despesa total.

As despesas correntes têm vindo a registar um aumento gradual ao longo dos últimos anos, em resultado, quer do alargamento da atividade municipal em diversas áreas prioritárias, designadamente na recolha e tratamento dos resíduos sólidos, de abastecimento de água, de saneamento, dos transportes escolares, da iluminação pública, das refeições escolares do ensino básico e pré-escolar e da ação social escolar, quer ainda da atividade desenvolvida no âmbito de novas atribuições que a Administração Central transferiu para os Municípios.

Relativamente às despesas de capital existem três rubricas que se destacam: aquisição de bens de investimento, as transferências de capital e os passivos

financeiros (valores respeitantes a amortização de empréstimos de médio e longo prazo).

Refira-se que nas transferências de capital, incluem-se as transferências para as freguesias, previstas para serem afetadas a investimentos a levar a cabo pelas respetivas juntas de freguesia.

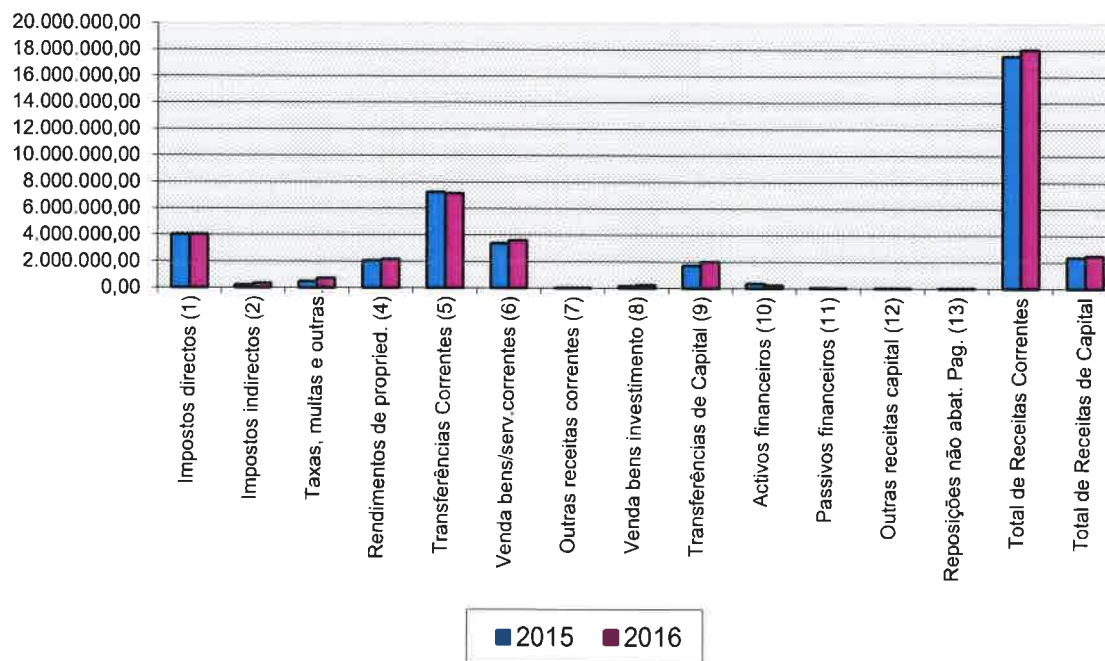
1.3.3 - Análise Comparativa do Orçamento

1.3.3.1 - Quadro – Comparação das Dotações da Receita Prevista entre os anos 2015/2016

Uni: Euro

Descrição da Receita	2015	2016	Var.Abs.	Var. (%)
Impostos diretos	4.048.673,00	4.044.991,00	-3.682,00	-0,09
Impostos indiretos	240.380,00	344.942,00	104.562,00	43,50
Taxas, multas e outras penalidades	499.394,00	737.168,00	237.774,00	47,61
Rendimentos de propriedade	2.098.504,00	2.169.915,00	71.411,00	3,40
Transf. Correntes	7.256.987,00	7.137.155,00	-119.832,00	-1,65
Venda bens/serv.correntes	3.395.436,00	3.608.011,00	212.575,00	6,26
Outras receitas correntes	20.605,00	21.661,00	1.056,00	5,12
Total de Receitas Correntes	17.559.979,00	18.063.843,00	503.864,00	2,87
Venda bens investimento	183.344,00	251.602,00	68.258,00	37,23
Transf. Capital	1.738.977,00	1.994.915,00	255.938,00	14,72
Ativos financeiros	364.887,00	250.352,00	-114.535,00	-31,39
Passivos financeiros	64.826,00	50,00	-64.776,00	-99,92
Outras receitas capital	300,00	30,00	-270,00	-90,00
Reposições não abat. Pag.	100,00	10,00	-90,00	-90,00
Total de Receitas de Capital	2.352.434,00	2.496.959,00	144.525,00	6,14
TOTAL	19.912.413,00	20.560.802,00	648.389,00	3,26

1.3.3.2 - Gráfico - Comparação das Dotações da Receita Prevista – 2015/2016



1.3.3.3 – Breve Análise das Receitas Previstas por Capítulos – 2015/2016

Dos valores constantes no **quadro 1.3.3.1** verifica-se que as maiores variações nas receitas entre 2015 e 2016 são as seguintes:

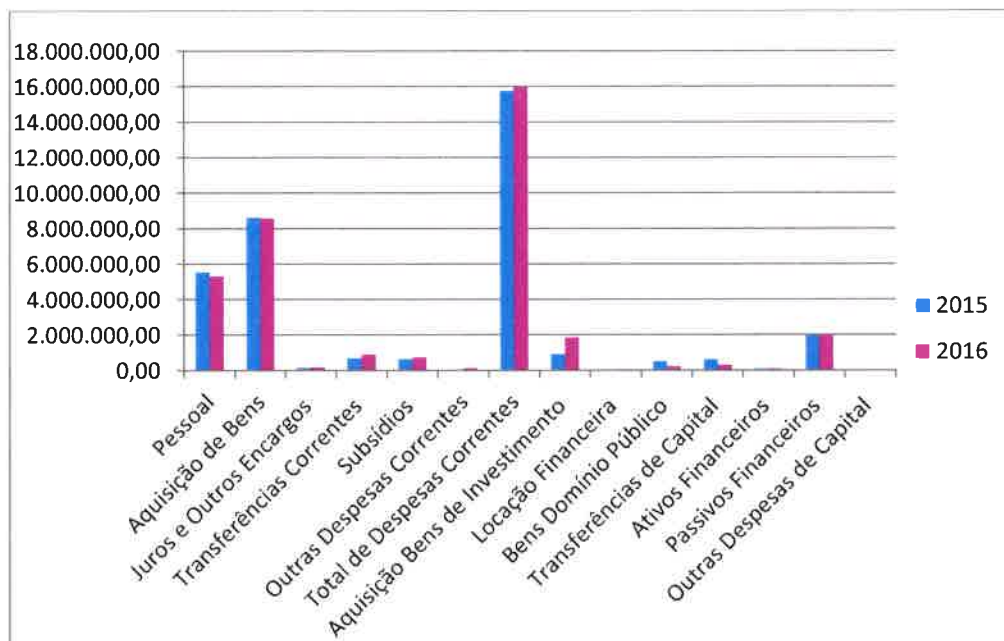
- Nos impostos indirectos e nas taxas, multas e outras penalidade, em que se verifica um aumento de 43,50% e 47,61% comparativamente ao ano anterior, que se deve essencialmente à actualização dos valores da tabela de taxas e tarifas, em vigor desde de agosto de 2015.
- Na venda de bens de investimento 37,23%, resultado da aplicação da regra previsional prevista no artigo 253º na Lei n.º 82-B/2014 (Orçamento do Estado para 2015).

- Nas transferências de capital 14,72%, diferença que se deve a novas candidaturas a participação comunitária para projetos em execução efetuadas e aprovadas no ano de 2015.

1.3.4 – Quadro - Comparação das Dotações da Despesa Prevista entre os anos 2015/2016

Descrição da Despesa	2015	2016	Var.Abs.	Var. %
Pessoal	5.545.426,00	5.344.911,00	-200.515,00	-3,62
Aquisição de Bens e Serviços	8.641.796,00	8.604.474,00	-37.322,00	-0,43
Juros e Outros Encargos	163.923,00	194.592,00	30.669,00	18,71
Transferências Correntes	701.274,00	924.909,00	223.635,00	31,89
Subsídios	651.700,00	760.317,00	108.617,00	16,67
Outras Despesas Correntes	67.120,00	145.200,00	78.080,00	116,33
Total de Despesas Correntes	15.771.239,00	15.974.403,00	203.164,00	179,55
Aquisição Bens de Investimento	931.853,00	1.866.156,00	934.303,00	100,26
Locação Financeira	9.769,00	69.265,00	59.496,00	609,03
Bens Domínio Público	516.973,00	262.756,00	-254.217,00	-49,17
Transferências de Capital	627.902,00	325.751,00	-302.151,00	-48,12
Ativos Financeiros	100.639,00	100.639,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	1.953.838,00	1.961.632,00	7.794,00	0,40
Outras Despesas de Capital	200,00	200,00	0,00	0,00
Total de Despesas de Capital	4.141.174,00	4.586.399,00	445.225,00	612,40
TOTAL	19.912.413,00	20.560.802,00	648.389,00	791,94

1.3.4.1 – Gráfico - Comparação das Dotações da Despesa Prevista entre os anos 2015/2016



1.3.4.2 – Breve Análise das Despesas Previstas por Capítulos – 2015/2016

Com base no quadro anterior, verificamos que as variações mais assinaláveis na Despesa entre 2015 e 2016 são as seguintes:

- Nas Despesas Correntes:

- Pessoal – Verifica-se um decréscimo para 2016 de (– 3,62%);
- Aquisição de Bens e Serviços – O decréscimo nesta rubrica (- 0,43%) tem essencialmente a ver com a contenção de despesas devido à conjuntura nacional.

- Juros e Outros Encargos – De 2015 para 2016 verifica-se um acréscimo na ordem dos 18,71%, resultado da estimativa de juros a suportar com o atraso no pagamento de faturas a fornecedores;

- Subsídios (16,67%) – Esta rubrica contempla o valor a transferir para a empresa Municipal Desmor, ao abrigo do contrato-programa. Prevê-se relativamente a 2015 um acréscimo no valor de 108.617,00 €, valor este referente às prestações de Novembro e Dezembro 2015 que poderão ser liquidadas já em 2016. O valor do contrato-programa mantém-se inalterado.

- As Transferências Correntes – tiveram um acréscimo de 31,89% resultado do acréscimo do valor para transferir para as Freguesias.

- Nas Despesas de Capital:

- Transferência de Capital (-48,12%) – O decréscimo relaciona-se, essencialmente, com a diminuição das transferências para o Centro de Educação Especial o Ninho, Santa Casa da Misericórdia e Instituto Politécnico de Santarém, parte que foi liquidada em 2015

- Passivos Financeiros (0,40%) – O acréscimo nesta rubrica resulta de no ano de 2016 se começarem a amortizar novos empréstimos.

1.3.5 – Grandes Opções do Plano 2016

COD.OBJ.	ÁREAS DE ACTUAÇÃO	GOP-2015	%	GOP-2016	%
11	Serviços gerais de administração pública				
111	Administração geral	1.996.666,00	25,87	2.245.026,00	25,77
12	Segurança e ordem pública				
121	Protecção civil e luta contra incêndios	168.462,00	2,18	164.729,00	1,89
21	Educação	1.970.195,00	25,53	1.572.102,00	18,04
22	Saúde	19.600,00	0,25	19.600,00	0,22
23	Segurança e acção social				
232	Acção social	224.565,00	2,91	217.718,00	2,50
24	Habitação e serviços colectivos				
241	Habitação	4.096,00	0,05	300,00	0,00
242	Ordenamento do território	39.948,00	0,52	64.953,00	0,75
243	Saneamento	82.473,00	1,07	259.149,00	2,97
244	Abastecimento de água	128.911,00	1,67	992.329,00	11,39
245	Resíduos sólidos	412.172,00	5,34	440.550,00	5,06
246	Protec.do meio ambiente e cons. natur.	44.129,00	0,57	45.900,00	0,53
25	Serv.culturais, recreat.e religiosos				
251	Cultura	229.874,00	2,98	355.723,00	4,08
252	Desporto, recreio e lazer	923.115,00	11,96	1.253.675,00	14,39
320	Indústria e energia	4.930,00	0,06	6.600,00	0,08
331	Transportes rodoviários	497.384,00	6,45	293.921,00	3,37
34	Comércio e turismo				
341	Mercados e feiras	242.174,00	3,14	244.409,00	2,81
342	Turismo	21.200,00	0,27	84.350,00	0,97
4	Outras funções				
420	Transferências entre administrações	376.589,00	4,88	378.704,00	4,35
430	Diversas não especificadas	330.355,00	4,28	72.460,00	0,83
TOTAL		7.716.838,00	100,00	8.712.198,00	100,00

A administração geral e a educação são os objetivos que absorvem a maior parcela do valor do financiamento previsto para 2016, assumindo mais de 43,81% do total do financiamento das GOP'S, facto que resulta essencialmente das verbas previstas para os procedimentos de energia elétrica, aquisição de combustíveis, aquisição de seguros e para os serviços associados à atividade escolar como os transportes escolares e o fornecimento de refeições escolares.

O objetivo dos transportes rodoviários absorve cerca de 3,37%, nomeadamente na construção e beneficiação de troços da rede viária.

Os objetivos dos serviços culturais, recreativos e religiosos, cujo os projetos e ações absorvem também verbas consideráveis, orçando ambas 18,47 %, nomeadamente o contrato-programa com a empresa municipal DESMOR e a dinamização de projetos de desenvolvimento desportivo e cultural.

O valor do financiamento afeto a estas quatro áreas de atuação municipal corresponde a cerca de 65,65% de todo o financiamento das GOP's, sendo o setor da educação eleito pelos órgãos autárquicos como objetivo estratégico de progresso.

A ação social é contemplada com verbas que atingem cerca de 2,50% no total das GOP's.

Por sua vez, as transferências entre administrações afeta também uma parte significativa das GOP'S, cerca de 4,350%, com particular destaque para as transferências para as Juntas de Freguesia no âmbito dos acordos de execução e dos contratos interadministrativos, que continuarão assim a contar com a colaboração do Município na realização dos seus objetivos, atividades e obras de investimento.

Não obstante todas as limitações e constrangimentos referidos, a concretização de outras ações e projetos necessários à satisfação das populações, estamos certos que com a realização dos principais investimentos e ações previstos nas GOP's, ver-se-á um enorme incremento ao desenvolvimento económico e social de Rio Maior.

Several handwritten signatures in blue ink are visible on the right side of the page, including a large signature at the top and several smaller ones below it.

1.3.6 – Compromissos para Anos Seguintes

No plano da regra da unidade e da universalidade e considerando o n.º 3, do artigo 42.º da Lei 73/2013 de 03/09, que menciona “os orçamentos das autarquias locais e das entidades intermunicipais apresentam o total das responsabilidades financeiras resultantes de compromissos plurianuais, cuja natureza impeça a contabilização direta do respetivo montante total no ano em que os compromissos são assumidos”, é apresentado um quadro com o total dos compromissos plurianuais já assumidos e registados, até 27 de outubro de 2015.

Uni: Euro

	2017	2018	Anos seguintes
Total	4.954.125,92	4.504.839,32	43.283.480,90

1.3.7 – Quadro Plurianual de Programação Orçamental e Quadro Médio de Finanças da Autarquia Local

Determina o art.º 47º da Lei n.º 73/2013 de setembro que: “os elementos constantes dos documentos referidos no presente capítulo”, onde se inclui o Quadro Plurianual de Programação Orçamental (QPPO) e o Quadro de Médio Prazo da Finanças da Autarquia Local, “são regulados por decreto-lei, a aprovar até 120 dias após a publicação da presente lei”, ou seja até 3 de janeiro de 2014.

Desta forma, considerando que:

- A aludida regulamentação não foi ainda publicada;
- A preparação do QPPO deve ter em conta as projeções macro-económicas que servem de base ao Orçamento do Estado (OE), não eram conhecidas ainda pelo Município à data da preparação dos documentos previsionais.

Face ao que precede, falta de regulamentação dos elementos constantes dos aludidos quadros, QPPO e QMPFAL e desconhecimentos das projeções macro-económicas que servem de base ao OE, foi entendimento não preparar os quadros referidos para o exercício de 2016 e seguintes.

24

23

2016

ORÇAMENTO

GRANDES OPÇÕES DO PLANO

**Identificação e Descrição de Responsabilidades
Contingentes**



MUNICÍPIO DE RIO MAIOR

IDENTIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DE RESPONSABILIDADES CONTINGENTES

	Número de Processo	Parte Contrária	Valor da ação	Valor com atualização de juros
A.	Processos com maior probabilidade de constituírem encargos financeiros para o Município de Rio Maior			
1	91/14.7 BELRA	Águas do Oeste, S.A.	152.025,13 €	160.295,51 €
2	306/13.9BELRA	Águas do Oeste, S.A.	369.820,74 €	411.886,96 €
3	135/15.5 BELRA	Águas do Oeste, S.A.	46.696,17 €	
4	1114/11.7BELRA	Luságua Alcanena	201.226,98 €	
5	2912/12.0BELSB	Topbet, SA	8.085,33 €	
Total			777.854,35 €	572.182,47 €
B.	Processos que contêm pedidos com expressão financeira, mas em que existem outros responsáveis ou é baixa a probabilidade de condenação			
6	607/08.8 BELRA	José Manuel Mendes Pereira Pasolis, SA	24.080,80 €	
7	984/11.3 BELRA	José Manuel Barata Moreira	2.159.881,28 €	
8	1051/10.2BELRA	Casais - Engenharia e Construção, SA	214.274,34 €	
9	857/11.0BELRA	Estela Maria Torcato de Sousa Correia	34.214,89 €	
10	349/10.4 BECBR	CONDOP – Construções e Obras Públicas,	45.794,24 €	
11	1085/12.2BELRA	Paula Alexandra Aguiar Pinto	20.000,00 €	
12	49/2015 - JP ÓBIDOS	José Manuel Barata Moreira	948,41 €	
Total			2.499.193,96 €	

[Handwritten signatures and initials]

2016

ORÇAMENTO

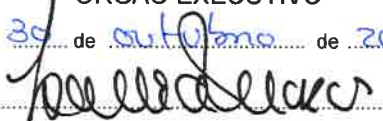
GRANDES OPÇÕES DO PLANO

Resumo do Orçamento

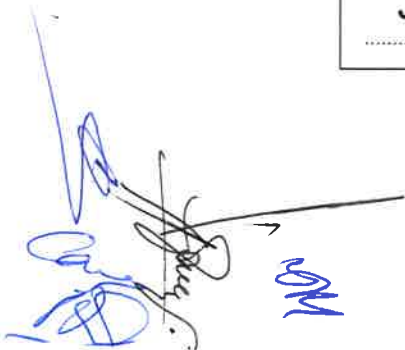
Município de Rio Maior - Câmara Municipal

RESUMO DO ORÇAMENTO PARA O ANO 2016

Receitas	Montante (€)		Despesas	Montante (€)	
Correntes	18.063.843		Correntes	15.974.403	
Capital	2.496.959		Capital	4.586.399	
Total:		20.560.802	Total:		20.560.802
Serviços Municipalizados		0	Serviços Municipalizados		0
Total Geral:		20.560.802	Total Geral:		20.560.802

ORGÃO EXECUTIVO
Em 30 de outubro de 2015


ORGÃO DELIBERATIVO
Em 28 de novembro de 2015

2016

ORÇAMENTO

GRANDES OPÇÕES DO PLANO

Orçamento da Receita

Município de Rio Maior - Câmara Municipal

ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
01	Impostos directos	
0102	Outros	
010202	Imposto municipal sobre imóveis	2.865.881
010203	Imposto único de circulação	453.435
010204	Imposto municipal sobre transm. onerosas imóveis	438.367
010205	Derrama	287.258
010207	Impostos abolidos	
01020701	Contribuição autárquica	10
01020702	Imposto municipal de sisa	10
01020703	Imposto municipal sobre veículos	10
01020799	Outros impostos abolidos	10
010299	Impostos directos diversos	10
Total do Capítulo Económico 01:		4.044.991
02	Impostos indirectos	
0202	Outros	
020206	Impostos indirectos específicos das autarquias locais	
02020601	Mercados e feiras	10
02020602	Loteamentos e obras	68.308
02020603	Ocupação da via pública	4.302
02020605	Publicidade	2.145
02020606	Saneamento	257.606
02020607	Utilização da rede viária municipal	10
02020699	Outros	
0202069901	Taxa municipal de direitos de passagem	10
0202069902	Taxa de depósito da ficha técnica da habitação	82
0202069903	Taxa de recursos hídricos	10
0202069904	Taxa de gestão de resíduos	10
0202069999	Outros	12.449
Total do Capítulo Económico 02:		344.942
04	Taxas, multas e outras penalidades	
0401	Taxas	
040123	Taxas específicas das autarquias locais	
04012301	Mercados e feiras	10
04012302	Loteamentos e obras	37.675
04012303	Ocupação da via pública	4.812
04012305	Caça, uso e porte de arma	266
04012306	Saneamento	603.992

Município de Rio Maior - Câmara Municipal

ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
04012399	Outras	
0401239901	Taxa de depósito da ficha técnica da habitação	47
0401239902	Taxa pela emissão do certificado de registo	157
0401239903	Taxa de recursos hídricos	10
0401239904	Taxa de gestão de resíduos	10
0401239999	Outras	8.470
0402	Multas e outras penalidades	
040201	Juros de mora	28.155
040202	Juros compensatórios	7.863
040204	Coimas e penalidades por contra-ordenações	8.235
040299	Multas e penalidades diversas	
04029901	Taxas de Relaxe	37.456
04029902	Outros	10
Total do Capítulo Económico 04:		737.168
05	Rendimentos da propriedade	
0501	Juros-Sociedades e quase-socied.não financeiras	
050101	Públicas	10
050102	Privadas	23.106
0502	Juros-Sociedades financeiras	
050201	Bancos e outras instituições financeiras	439
0503	Juros-Administrações Públicas	
050302	Administração central-Serviços e fundos autónomos	10
0507	Dividend.partic.lucros socied.quase-soc.nãofinanc.	
050702	Empresas públicas municipais e intermunicipais	10
050703	Empresas privadas	10
050799	Outras	882.835
0510	Rendas	
051001	Terrenos	22.131
051003	Habitações	10
051004	Edifícios	10
051099	Outros	1.241.344
Total do Capítulo Económico 05:		2.169.915
06	Transferências correntes	
0601	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
060101	Públicas	
06010102	Empresas públicas municipais e intermunicipais	10
060102	Privadas	10.000

Município de Rio Maior - Câmara Municipal

ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
0602	Sociedades financeiras	
060201	Bancos e outras instituições financeiras	10
060202	Companhias de seguros e fundos de pensões	10
0603	Administração central	
060301	Estado	
06030101	Fundo de Equilibrio Financeiro	4.525.922
06030102	Fundo Social Municipal	421.260
06030103	Participação variável IRS	631.281
06030199	Outras	1.318.347
060306	Estado-Particip.comunit.projectos co-financiados	
06030601	FEDER	116.860
06030602	FSE - Fundo Social Europeu	24.414
06030603	FEINPT - Fundo Europeu Integr. de Nac. Países Terc	10
060307	Serviços e fundos autónomos	67.806
0606	Segurança social	
060601	Sistemas de solidariedade e segurança social	21.205
0607	Instituições sem fins lucrativos	
060701	Instituições sem fins lucrativos	10
0608	Famílias	
060801	Famílias	10
Total do Capítulo Económico 06:		7.137.155
07	Venda de bens e serviços correntes	
0701	Venda de bens	
070101	Material de escritório	10
070102	Livros e documentação técnica	10
070103	Publicações e impressos	10
070104	Fardamentos e artigos pessoais	10
070105	Bens inutilizados	10
070106	Produtos agrícolas e pecuários	408.674
070107	Produtos alimentares e bebidas	10
070108	Mercadorias	
07010801	Água	1.273.225
07010899	Outras	10
070109	Matérias de consumo	10
070110	Desperdícios, resíduos e refugos	
07011001	Sucata	10
07011099	Outros	10

Município de Rio Maior - Câmara Municipal

ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
070111	Produtos acabados e intermédios	
07011101	Inertes	10
07011102	Habitação Social	249.695
07011103	Água	11.261
07011199	Outros	10
070199	Outros	479
0702	Serviços	
070201	Aluguer de espaços e equipamentos	10
070203	Vistorias e ensaios	10
070208	Serv.sociais,recreativos,culturais e de desporto	
07020801	Serviços sociais	100
07020802	Serviços recreativos	
0702080299	Outros	10
07020803	Serviços culturais	
0702080399	Outros	10
07020804	Serviços desportivos	10
070209	Serviços específicos das autarquias	
07020901	Saneamento	17
07020902	Resíduos sólidos	745.533
07020903	Transportes colectivos de pessoas e mercadorias	
0702090302	Transportes escolares	8.782
0702090303	Transportes de pessoas e mercadorias	10
0702090399	Outros	10
07020904	Trabalhos por conta de particulares	9.235
07020905	Cemitérios	10.762
07020906	Mercados e feiras	37.643
07020907	Parques de estacionamento	10
07020999	Outros	
0702099901	Tarifa de disponibilidade	538.521
0702099902	Serviços de apoio à família - Refeições e A.A.A.F.	235.823
0702099999	Outros	69.148
070299	Outros	
07029901	Encargos de cobranças de receitas	1.401
07029999	Outros	10
0703	Rendas	
070301	Habitações	
07030101	Habitação social	10

Município de Rio Maior - Câmara Municipal

ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
07030102	Outras	403
070302	Edifícios	5.464
070399	Outras	1.625
Total do Capítulo Económico 07:		3.608.011
08	Outras receitas correntes	
0801	Outras	
080199	Outras	
08019901	Indemniz.por deterior,roubo extravio bens patrim.	10
08019902	Indem.estrag.prov.outrém viat.outr.equip.aut.local	10
08019903	IVA reembolsado	10
08019904	IVA Inversão da liquidação	10
08019999	Diversas	21.621
Total do Capítulo Económico 08:		21.661
Total das Receitas Correntes:		18.063.843
09	Venda de bens de investimento	
0901	Terrenos	
090101	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	225.925
090109	Instituições sem fins lucrativos	10
090110	Famílias	10
0902	Habitações	
090201	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	10
090209	Instituições sem fins lucrativos	10
090210	Famílias	10
0903	Edifícios	
090301	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	10
090309	Instituições sem fins lucrativos	10
090310	Famílias	16.690
0904	Outros bens de investimento	
090401	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
09040101	Equipamento de transporte	2.167
09040102	Maquinaria e equipamento	4.059
09040103	Outros	10
090402	Sociedades financeiras	
09040201	Equipamento de transporte	10
09040202	Maquinaria e equipamento	10
09040203	Outros	10
090409	Instituições sem fins lucrativos	

Município de Rio Maior - Câmara Municipal

ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
09040901	Equipamento de transporte	10
09040902	Maquinaria e equipamento	10
09040903	Outros	10
090410	Famílias	
09041001	Equipamento de transporte	520
09041002	Maquinaria e equipamento	2.091
09041003	Outros	10
Total do Capítulo Económico 09:		251.602
10	Transferências de capital	
1001	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
100102	Privadas	10
1003	Administração central	
100301	Estado	
10030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	502.880
10030104	Cooperação Técnica e Financeira	10
10030199	Outras	20.000
100307	Estado-Particip.comunitária project.co-financiados	
10030701	FEDER	1.471.965
10030702	FEOGA	10
100308	Serviços e fundos autónomos	10
1006	Segurança Social	
100601	Sistema de solidariedade e segurança social	10
1007	Instituições sem fins lucrativos	
100701	Instituições sem fins lucrativos	10
1008	Famílias	
100801	Famílias	10
Total do Capítulo Económico 10:		1.994.915
11	Activos financeiros	
1106	Empréstimos a médio e longo prazos	
110601	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	10
1110	Alienação de partes sociais de empresas	195.567
1111	Outros activos financeiros	
111101	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	54.775
Total do Capítulo Económico 11:		250.352
12	Passivos financeiros	
1205	Empréstimos a curto prazo	
120502	Sociedades financeiras	10

Município de Rio Maior - Câmara Municipal

ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
120504	Admin.pública-Admin.central-Serv.fundos autónomos	10
1206	Empréstimos a médio e longo prazos	
120602	Sociedades financeiras	10
120603	Admin.Pública-Admin.central-Estado	10
120604	Admin.pública-Admin.central-Serv.fundos autónomos	10
	Total do Capítulo Económico 12:	50
13	Outras receitas de capital	
1301	Outras	
130101	Indemnizações	10
130102	Activos incorpóreos	10
130199	Outras	10
	Total do Capítulo Económico 13:	30
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	
1501	Reposições não abatidas nos pagamentos	
150101	Reposições não abatidas nos pagamentos	10
	Total do Capítulo Económico 15:	10
	Total das Receitas de Capital:	2.496.959
Total do Orçamento da Receita:		20.560.802

2016

ORÇAMENTO

GRANDES OPÇÕES DO PLANO

Resumo da Despesa por Classificação Orgânica

2016

ORÇAMENTO

GRANDES OPÇÕES DO PLANO

ANEXO I

**Mapa das Entidades Participadas pelo
Município de Rio Maior**

Resumo do orçamento por Capítulo para 2016

Receitas	Montante
01 Impostos directos	4.044.991
02 Impostos indirectos	344.942
04 Taxas, multas e outras penalidades	737.168
05 Rendimentos da propriedade	2.169.915
06 Transferências correntes	7.137.155
07 Venda de bens e serviços correntes	3.608.011
08 Outras receitas correntes	21.661
Total das Receitas Correntes	18.063.843
09 Venda de bens de investimento	251.602
10 Transferências de capital	1.994.915
11 Activos financeiros	250.352
12 Passivos financeiros	50
13 Outras receitas de capital	30
15 Reposições não abatidas nos pagamentos	10
16 Saldo da gerência anterior	
17 Operações extra-orçamentais	
Total das Receitas Capital	2.496.959

Despesas	Montante
01 Despesas com o pessoal	5.344.911
02 Aquisição de bens e serviços	8.604.474
03 Juros e outros encargos	194.592
04 Transferências correntes	924.909
05 Subsídios	760.317
06 Outras despesas correntes	145.200
Total das Despesas Correntes	15.974.403
07 Aquisição de bens de capital	2.198.177
08 Transferências de capital	325.751
09 Activos financeiros	100.639
10 Passivos financeiros	1.961.632
11 Outras despesas de capital	200
12 Operações extra-orçamentais	
17 Operações extra-orçamentais	
Total das Despesas de Capital	4.586.399

Total das Receitas: 20.560.802

Total das Despesas: 20.560.802

ORGÃO EXECUTIVO

Em 30 de outubro de 2015

[Assinatura]

ORGÃO DELIBERATIVO

Em 28 de novembro de 2015

[Assinatura]



MUNICIPIO DE RIO MAIOR

MAPA DAS ENTIDADES PARTICIPADAS PELO MUNICIPIO DE RIO MAIOR

ENTIDADE	NIF	Percentagem de Participação	Valor da Participação
DESMOR, E.M., S.A.	504748114	100,00%	50.000,00 €
E.P.R.M. - Escola Profissional de Rio Maior, Lda, EM	504617656	80,00%	4.000,00 €
LT - Sociedade de Reabilitação Urbana, EM	509226426	11,22%	48.910,00 €
Depomor - Desenvolvimento e Prog. de R. M., S.A.	505700247	26,40%	264.000,00 €
Águas do Oeste, S.A.	505311593	2,63%	789.820,00 €
ADSAICA	502500867	Quota Anual	1.200,00 €
CASA DO RIBATEJO	500953937	Quota Anual	384,00 €
AMPV - Associação de Municípios Portugueses do Vinho	508038430	Quota Anual	1.000,00 €
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	501627413	Quota Anual	4.756,00 €
Associação de Fins Especificos - AMO Mais	506922332	Quota Anual	1.200,00 €
Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT)	508787033	Quota Anual	51.804,00 €

2016

ORÇAMENTO

GRANDES OPÇÕES DO PLANO

ANEXO II

Orçamento da DESMOR, E.M., S.A.

2016

ORÇAMENTO

GRANDES OPÇÕES DO PLANO

ANEXO III

Orçamento da EPRM

Escola Profissional de Rio Maior, Lda., E.M.

2016

ORÇAMENTO

GRANDES OPÇÕES DO PLANO

Código de Leitura (GOP'S)

2016

ORÇAMENTO

GRANDES OPÇÕES DO PLANO

Orçamento da Despesa

Município de Rio Maior - Câmara Municipal

ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 - Despesa

Código	Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica		
01	Administração Autárquica	
0101	Assembleia Municipal	
0101 01	Despesas com o pessoal	
0101 0102	Abonos variáveis ou eventuais	
0101 010213	Outros suplementos e prémios	
0101 01021302	Senhas de presença	13.100
Total do Capítulo Económico 01:		13.100
0101 02	Aquisição de bens e serviços	
0101 0201	Aquisição de bens	
0101 020108	Material de escritório	500
0101 020121	Outros bens	250
0101 0202	Aquisição de serviços	
0101 020213	Deslocações e estadas	1.800
0101 020217	Publicidade	800
Total do Capítulo Económico 02:		3.350
Total das Despesas Correntes:		16.450
Total da Divisão Orgânica 0101:		16.450
0102	Câmara Municipal	
0102 01	Despesas com o pessoal	
0102 0101	Remunerações certas e permanentes	
0102 010101	Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	156.000
0102 010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	
0102 01010401	Pessoal em funções	2.340.000
0102 01010402	Alterações obrigatórias de posic. remuneratório	50
0102 01010403	Alterações facultativas de posic. remuneratório	50
0102 01010404	Recrutamento pessoal para novos postos de trabalho	40.000
0102 010106	Pessoal contratado a termo	
0102 01010601	Pessoal em funções	50
0102 01010604	Recrutamento de pessoal para novos postos de traba	50
0102 010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	20.000
0102 010108	Pessoal aguardando aposentação	10.000
0102 010109	Pessoal em qualquer outra situação	
0102 01010901	Pessoal ao abrigo da Lei n.º 75/2013 de 12/09	82.000
0102 01010902	Pessoal ao abrigo Dec-Lei 144/08 de 28/07	
0102 0101090201	Transitado de anterior nomeação definitiva	191.000
0102 0101090202	Contrato por tempo indeterminado	280.000
0102 01010903	Outro pessoal em qualquer outra situação	50

Município de Rio Maior - Câmara Municipal

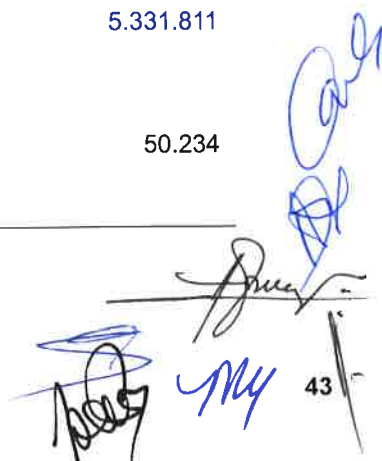
ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 - Despesa

Código	Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica		
0102 010111	Representação	
0102 01011101	Membros dos órgãos autárquicos	28.000
0102 01011102	Pessoal quadros - Regime contrato indiv. trabalho	11.100
0102 010112	Suplementos e prémios	50
0102 010113	Subsidio de refeição	
0102 01011301	Pessoal dos quadros - Regime de contrato ind. trab	
0102 0101130101	Pessoal em funções	210.100
0102 0101130102	Recrutamento pessoal para novos postos de trabalho	8.000
0102 01011302	Pessoal contratado a termo	
0102 0101130201	Pessoal em funções	50
0102 0101130202	Recrutamento pessoal para novos postos de trabalho	50
0102 01011303	Pessoal ao abrigo da Lei n.º 75/2013 de 12/09	4.100
0102 01011304	Pessoal ao abrigo do Dec-Lei 144/08 de 28/07	63.000
0102 01011305	Outro pessoal em qualquer outra situação	50
0102 01011306	Membros dos órgãos autárquicos	4.000
0102 010114	Subsidio de férias e de Natal	
0102 01011401	Pessoal dos quadros - Regime de contrato ind. trab	
0102 0101140101	Pessoal em funções	467.000
0102 0101140102	Recrutamento pessoal para novos postos de trabalho	10.000
0102 01011402	Pessoal contratado a termo	
0102 0101140201	Pessoal em funções	50
0102 0101140202	Recrutamento pessoal para novos postos de trabalho	50
0102 01011403	Pessoal ao abrigo da Lei n.º 75/2013 de 12/09	15.900
0102 01011404	Pessoal ao abrigo do Dec-Lei 144/08 de 28/07	95.000
0102 01011405	Outro pessoal em qualquer outra situação	50
0102 010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	
0102 01011501	Pessoal quadros - regime contrato ind. trabalho	5.000
0102 01011502	Pessoal ao abrigo da Lei n.º 75/2013 de 12/09	5.000
0102 01011503	Pessoal ao abrigo do Dec-Lei 144/08 de 28/07	10.000
0102 0102	Abonos variáveis ou eventuais	
0102 010201	Gratificações variáveis ou eventuais	50
0102 010202	Horas extraordinárias	4.850
0102 010203	Alimentação e alojamento	50
0102 010204	Ajudas de custo	8.000
0102 010205	Abono para falhas	12.500
0102 010206	Formação	50
0102 010207	Colaboração técnica e especializada	50

Município de Rio Maior - Câmara Municipal

ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 - Despesa

Código	Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica		
0102 010208	Subsídios e abonos fixação, residência alojamento	50
0102 010209	Subsídio de prevenção	50
0102 010210	Subsídio de trabalho nocturno	50
0102 010211	Subsídio de turno	37.500
0102 010212	Indemnizações por cessação de funções	50
0102 010213	Outros suplementos e prémios	
0102 01021301	Prémios de desempenho	50
0102 01021302	Senhas de presença	4.950
0102 01021303	Outros suplementos e prémios	50
0102 010214	Outros abonos em numerário ou espécie	9.400
0102 0103	Segurança social	
0102 010301	Encargos com a saúde	158.435
0102 010302	Outros encargos com a saúde	50
0102 010303	Subsídio familiar a criança e jovens	22.500
0102 010304	Outras prestações familiares	2.700
0102 010305	Contribuições para a segurança social	
0102 01030501	Assistência na doença dos funcionários públicos	500
0102 01030502	Segurança social dos funcionários públicos	
0102 0103050201	Caixa Geral de Aposentações	612.000
0102 0103050202	Segurança Social - Regime Geral	250.000
0102 01030503	Outros	65.000
0102 010306	Acidentes em serviço e doenças profissionais	50
0102 010308	Outras pensões	12.000
0102 010309	Seguros	
0102 01030901	Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	58.976
0102 01030902	Seguros de saúde	50
0102 010310	Outras despesas de segurança social	
0102 01031001	Eventualidade maternidade, paternidade e adopção	
0102 0103100101	Pessoal dos quadros - Regime Contrato Ind. Trabalh	10.000
0102 0103100102	Pessoal ao abrigo da Lei n.º 75/2013 de 12/09	1.000
0102 0103100103	Pessoal ao abrigo do Dec-Lei 144/08 de 28/07	5.000
0102 01031099	Outras despesas de segurança social	50
Total do Capítulo Económico 01:		5.331.811
0102 02	Aquisição de bens e serviços	
0102 0201	Aquisição de bens	
0102 020101	Matérias-primas e subsidiárias	50.234
0102 020102	Combustíveis e lubrificantes	



Município de Rio Maior - Câmara Municipal

ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 - Despesa

Código		Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica			€
0102	02010201	Gasolina	3.826
0102	02010202	Gasóleo	119.491
0102	02010299	Outros	29.651
0102	020103	Munições, explosivos e artifícios	100
0102	020104	Limpeza e higiene	9.000
0102	020105	Alimentação-Refeições confeccionadas	504.339
0102	020106	Alimentação-Géneros para confeccionar	100
0102	020107	Vestuário e artigos pessoais	4.000
0102	020108	Material de escritório	12.650
0102	020109	Produtos químicos e farmacêuticos	100
0102	020110	Produtos vendidos nas farmácias	100
0102	020111	Material de consumo clínico	2.000
0102	020112	Material de transporte-Peças	22.000
0102	020113	Material de consumo hoteleiro	100
0102	020114	Outro material-Peças	15.000
0102	020115	Prémios, condecorações e ofertas	12.955
0102	020116	Mercadorias para venda	
0102	02011601	Água	1.501.206
0102	02011603	Outras	100
0102	020117	Ferramentas e utensílios	2.000
0102	020118	Livros e documentação técnica	8.000
0102	020119	Artigos honoríficos e de decoração	2.000
0102	020120	Material de educação, cultura e recreio	10.370
0102	020121	Outros bens	184.604
0102	0202	Aquisição de serviços	
0102	020201	Encargos das instalações	833.768
0102	020202	Limpeza e higiene	612.496
0102	020203	Conservação de bens	152.680
0102	020204	Locação de edifícios	6.150
0102	020205	Locação de material de informática	36.315
0102	020206	Locação de material de transporte	500
0102	020208	Locação de outros bens	102.085
0102	020209	Comunicações	119.058
0102	020210	Transportes	821.665
0102	020211	Representação dos serviços	1.000
0102	020212	Seguros	80.398
0102	020213	Deslocações e estadas	4.400

Município de Rio Maior - Câmara Municipal

ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 - Despesa

Código	Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica		
0102 020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	113.400
0102 020215	Formação	5.500
0102 020216	Seminários, exposições e similares	5.400
0102 020217	Publicidade	81.009
0102 020218	Vigilância e segurança	34.205
0102 020219	Assistência técnica	99.836
0102 020220	Outros trabalhos especializados	1.251.500
0102 020221	Utilização de infra-estruturas de transportes	100
0102 020222	Serviços de saúde	100
0102 020224	Encargos de cobrança de receitas	114.386
0102 020225	Outros serviços	1.631.247
Total do Capítulo Económico 02:		8.601.124
0102 04	Transferências correntes	
0102 0401	Sociedades e quase sociedades não financeiras	
0102 040101	Públicas	
0102 04010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	200
0102 04010102	Outras	100
0102 040102	Privadas	52.510
0102 0403	Administração central	
0102 040301	Estado	50.745
0102 040305	Serviços e fundos autónomos	
0102 04030501	C. C. D. R.	100
0102 04030502	E.S.D.R.M.	1.600
0102 04030503	Instituto Politécnico de Santarém	5
0102 0405	Administração local	
0102 040501	Continente	
0102 04050101	Municípios	100
0102 04050102	Freguesias	171.379
0102 04050104	Associações de municípios	8.182
0102 04050106	Regiões de turismo	2.100
0102 04050107	Assembleias distritais	4.909
0102 04050108	Outros	110.665
0102 0407	Instituições sem fins lucrativos	
0102 040701	Instituições sem fins lucrativos	338.766
0102 0408	Famílias	
0102 040802	Outras	183.548
Total do Capítulo Económico 04:		924.909

Município de Rio Maior - Câmara Municipal

ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 - Despesa

Código	Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica		€
0102 05	Subsídios	
0102 0501	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
0102 050101	Públicas	
0102 05010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	760.317
Total do Capítulo Económico 05:		760.317
0102 06	Outras despesas correntes	
0102 0602	Diversas	
0102 060201	Impostos e taxas	110.000
0102 060202	Activos incorpóreos	100
0102 060203	Outras	
0102 06020301	Outras restituições	3.000
0102 06020302	IVA pago	20.000
0102 06020303	Diferenças de câmbio	100
0102 06020304	Serviços bancários	7.000
0102 06020305	Outras	5.000
Total do Capítulo Económico 06:		145.200
Total das Despesas Correntes:		15.763.361
0102 07	Aquisição de bens de capital	
0102 0701	Investimentos	
0102 070101	Terrenos	8.000
0102 070102	Habitações	
0102 07010203	Reparação e beneficiação	300
0102 070103	Edifícios	
0102 07010301	Instalações de serviços	4.108
0102 07010302	Instalações desportivas e recreativas	138.379
0102 07010303	Mercados e instalações de fiscalização sanitária	100
0102 07010304	Creches	200
0102 07010305	Escolas	105.800
0102 07010306	Lares de terceira idade	100
0102 07010307	Outros	77.279
0102 070104	Construções diversas	
0102 07010402	Sistemas de drenagem de águas residuais	233.608
0102 07010405	Parques e jardins	5.200
0102 07010406	Instalações desportivas e recreativas	20.529
0102 07010407	Captação e distribuição de água	893.550
0102 07010409	Sinalização e trânsito	12.981
0102 07010412	Cemitérios	5.200

Município de Rio Maior - Câmara Municipal

ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 - Despesa

Código	Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica		
0102 07010413	Outros	31.400
0102 070106	Material de transporte	
0102 07010602	Outro	42.051
0102 070107	Equipamento de informática	33.830
0102 070108	Software informático	50.464
0102 070109	Equipamento administrativo	19.250
0102 070110	Equipamento básico	
0102 07011001	Equipamento de recolha de resíduos	100
0102 07011002	Outro	155.787
0102 070111	Ferramentas e utensílios	1.700
0102 070113	Investimentos incorpóreos	200
0102 070115	Outros investimentos	26.040
0102 0702	Locação financeira	
0102 070205	Material de transporte	42.602
0102 070207	Maquinaria e equipamento	26.663
0102 0703	Bens de domínio público	
0102 070301	Terrenos e recursos naturais	15.763
0102 070302	Edifícios	
0102 07030201	Instalações de serviços	500
0102 070303	Outras construções e infraestruturas	
0102 07030301	Viadutos, arruamentos e obras complementares	24.969
0102 07030304	Iluminação pública	6.300
0102 07030308	Viação rural	184.224
0102 07030313	Outros	100
0102 070305	Bens do património histórico, artístico e cultural	30.700
0102 070306	Outros bens de domínio público	200
Total do Capítulo Económico 07:		2.198.177
0102 08	Transferências de capital	
0102 0801	Sociedades e quase sociedades não financeiras	
0102 080101	Públicas	
0102 08010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	200
0102 08010102	Outras	100
0102 080102	Privadas	100
0102 0803	Administração central	
0102 080306	Serviços e fundos autónomos	
0102 08030601	Instituto Politécnico de Santarém	25.750
0102 0805	Administração local	

Município de Rio Maior - Câmara Municipal

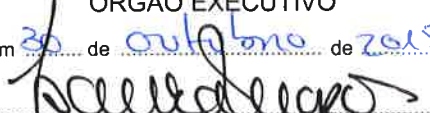
ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 - Despesa

Código	Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica		
0102 080501	Continente	
0102 08050101	Municípios	100
0102 08050102	Freguesias	200.100
0102 08050104	Associações de municípios	100
0102 08050106	Regiões de turismo	100
0102 08050108	Outros	19.001
0102 0807	Instituições sem fins lucrativos	
0102 080701	Instituições sem fins lucrativos	80.200
	Total do Capítulo Económico 08:	325.751
0102 11	Outras despesas de capital	
0102 1102	Diversas	
0102 110201	Restituições	100
0102 110299	Outras	100
	Total do Capítulo Económico 11:	200
	Total das Despesas de Capital:	2.524.128
	Total da Divisão Orgânica 0102:	18.287.489
0103	Operações Financeiras	
0103 03	Juros e outros encargos	
0103 0301	Juros da dívida pública	
0103 030103	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	
0103 03010301	Empréstimos de curto prazo	100
0103 03010302	Empréstimos de médio e longo prazos	54.360
0103 030105	Admin.pública-Admin.central-Estado	
0103 03010502	Empréstimos de médio e longo prazo	3.306
0103 030106	Admin.pública-Admin.central-Serv. fundos autónomos	
0103 03010601	Empréstimos de médio e longo prazos	19.252
0103 0302	Outros encargos correntes da dívida pública	
0103 030201	Despesas diversas	3.000
0103 0303	Juros de locação financeira	
0103 030305	Material de transporte	3.328
0103 030306	Material de informática	100
0103 030307	Maquinaria e equipamento	1.575
0103 0304	Juros tributários	
0103 030401	Indemnizatórios	100
0103 030402	Outros	100
0103 0305	Outros juros	
0103 030502	Outros	109.271

Município de Rio Maior - Câmara Municipal

ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 - Despesa

Código	Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica		€
0103 0306	Outros encargos financeiros	
0103 030601	Outros encargos financeiros	100
Total do Capítulo Económico 03:		194.592
Total das Despesas Correntes:		194.592
0103 09	Activos financeiros	
0103 0907	Acções e outras participações	
0103 090701	Socied.e quase socied.não financeiras-Privadas	100
0103 090702	Socied.e quase socied.não financeiras-Públicas	100
0103 090703	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	100
0103 0908	Unidades de participação	
0103 090802	Socied.e quase socied.não financeiras-Públicas	100.339
Total do Capítulo Económico 09:		100.639
0103 10	Passivos financeiros	
0103 1005	Empréstimos a curto prazo	
0103 100503	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	100
0103 1006	Empréstimos a médio e longo prazos	
0103 100603	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	1.776.359
0103 100605	Admin.pública-Admin.central-Estado	84.203
0103 100606	Admin.pública-Admin.central-Serv. fundos autónomos	100.970
Total do Capítulo Económico 10:		1.961.632
Total das Despesas de Capital:		2.062.271
Total da Divisão Orgânica 0103:		2.256.863
Total do Capítulo Orgânico 01:		20.560.802
Total do Orçamento da Despesa:		20.560.802

ORGÃO EXECUTIVO
Em 20 de outubro de 2015


ORGÃO DELIBERATIVO
Em 28 de novembro de 2015
